

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 316748

Classificação

0503.02 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Data

09/06/18



PCP

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
 PERGUNTA Número 2805 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
19 / 6 / 2009
Q Secretária da Mesa <u>McCorreia</u>

Assunto: Problemas de recursos humanos em entidades e instituições ligadas à criança

Por determinação de SESPAP, à
Sra. Secretária da Mesa

Destinatário: Ministro da Justiça

09.06.19
humban

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

No dia 1 de Junho uma delegação da CDU visitou três entidades e instituições ligadas à criança com diversos estatutos e natureza jurídica. A saber:

- AIREV, Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela
- Associação de Apoio à Criança, Guimarães
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Braga

Do diálogo franco com os seus responsáveis, resultou uma avaliação das dificuldades que enfrentam, a par das suas potencialidades na resposta aos enormes desafios que lhes estão colocados.

De uma forma muito sintética poderíamos assinalar como principal problema a **necessidade de reforçar com mais recursos humanos especializados e profissionais aquelas estruturas**. Sem subestimar a importância e o ânimo de dezenas de cidadãos que, com o seu trabalho e grande empenhamento, dedicam toda ou parte da sua disponibilidade cívica a dirigir, animar e suportar a vida das instituições, bem pelo contrário, torna-se evidente para os próprios responsáveis a necessidade de outra dinamização do apoio do Estado na manutenção e crescimento do número de técnicos profissionalizados. Questão que, no caso das Comissões de Protecção de Crianças e jovens, tem clara urgência, pelo crescente número de processos e problemas.



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Refira-se ainda a carência de meios de educação especial no acompanhamento de crianças portadoras de deficiência, que devem ter uma resposta urgente do poder público, nomeadamente do Ministério da Educação.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Justiça** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação tem o Governo do problema de carência de técnicos especializados e profissionalizados naquele tipo de instituições? Que medidas existem ou estão em curso para lhe responder?
2. O problema da insuficiência de profissionais foi particularmente referido na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Braga, principalmente face ao crescimento exponencial de processos que lhe chegam. Que perspectiva tem o Governo relativamente a estas estruturas? Há projectos para uma maior profissionalização dos seus elementos? Como é possível responder à situação referida?
3. A Associação de Apoio à Criança, de Guimarães, referiu, por outro lado, a insuficiência, ou a desadequação dos meios financeiros garantidos pela Segurança Social, considerando que o critério na definição das transferências não pode estar apenas ligado ao número de crianças acolhidas, dado existirem despesas fixas, incompressíveis, que necessitam de ser tidas em conta. Que avaliação faz o Governo da situação e que medidas para lhe responder?
4. Relativamente ao problema da aplicação e rapidez do poder judicial no tratamento do processo de crianças e jovens em risco, que medidas / propostas estão em curso para lhe responder?
5. Que consideração faz o Governo das reclamações das IPSS sobre a impossibilidade do acréscimo de despesas decorrentes do novo Código Contributivo para a Segurança Social? Como vai ser resolvido o problema?

Palácio de S. Bento, 18 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes